

ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DE LEITURA: O VIVIDO, O RECORDADO E O EXCLUÍDO

Orlinda Carrijo Melo
Faculdade de Educação – Universidade Federal de Goiás
Programa de Pós-Graduação em Educação-FE/UFG
Comunicação
Cultura e Processos Educacionais

A busca dos leitores de Goiânia, primeira cidade inventada no centro-oeste brasileiro, entre 1937 a 1960, expressa as tensões oriundas da centralização política e econômica que dominou esse período. Assim, Goiânia é criada por um discurso baseado na modernidade e na cultura urbana que apaga diversas formas de leituras com seus vários leitores, representados nesse discurso como inferiores e não civilizados. A pesquisa qualitativa, baseada em fontes bibliográficas aliadas à metodologia de fontes orais, estuda a leitura numa relação dialética entre memória e exclusão a partir de uma entrevistada negra, moradora de Goiânia no período focado. A análise dos espaços formais e informais de leitura frequentados por essa leitora negra, permite tornar visível uma outra cidade, submersa, cujos protagonistas são leitores de outras leituras excluídas pelo discurso oficial. Nessa cidade, a leitura produz discursos não só sobre a exclusão, mas também sobre a resistência ao discurso oficial.

Palavras chave: leitura; memória; exclusão.

Introdução

Essa pesquisa tem como objetivo conhecer as práticas, representações e imagens da leitura da nova capital do Estado de Goiás – Goiânia – planejada e construída de acordo com os valores da modernidade, do progresso e da cultura urbana. O trabalho, baseado nos estudos da História Cultural e em uma ampla pesquisa com a metodologia e as fontes orais, permitiu recriar a história da leitura dessa cidade no período de 1933, data de sua fundação, até o início de 1960, quando Brasília, capital do Brasil se preparava para ser inaugurada.

Goiânia, cidade inventada, representa uma nova configuração no sertão do Estado de Goiás – Brasil. Nesse contexto, é que é possível compreender como as idéias sobre a construção de uma nova capital para o Estado de Goiás vão se constituindo no imaginário político e social da época. Nessa direção, a cidade planejada desconstrói o equilíbrio da antiga configuração – a tradicional Cidade de Goiás – gerando novas redes de interdependências de aliados – os mudancistas – e de adversários – os antimudancistas, atores fundamentais na montagem desse cenário de práticas de leitura.

Nessa época, os valores da modernidade são disseminados no litoral e o eixo Rio-São Paulo torna-se o paradigma da modernidade para o Brasil e, principalmente, para o “sertão goiano” que quer se livrar do estigma de atrasado e inculto. Nesse cenário, é que busquei os leitores com suas leituras, no tempos e nos espaços que os constituíram. Quem são os leitores entrevistados? São pessoas da elite intelectual que produziram valores que foram disseminados através da leitura e das instituições de leitura na nova capital. Assim, 7 homens e 9 mulheres formaram o grupo de 16 entrevistados distribuídos da seguinte maneira: 12 professores, 3 funcionárias públicas, uma empregada doméstica e benzedeira. A categoria “professor” englobou 3 escritores e 1 advogado. Esses leitores entrevistados criaram imagens e representações de leitura dentro de uma configuração de época em que os valores sociais estavam ligados ao progresso, à cultura urbana e à modernidade.

Por que uma empregada doméstica que é também benzedeira compõe esta

pesquisa? Se o critério de escolha das pessoas era ser considerado leitor ou leitora na época enfocada, essa empregada doméstica o era. Ela, através de seu trabalho, lê os livros dos patrões e por isso suas leituras são similares às da elite intelectual. Ao mesmo tempo, lê também a Bíblia e a vida dos santos para o ofício de benzedeira. Tradição e modernidade mesclam a vida dessa senhora que se localiza na “periferia” da elite intelectual goianiense, aderindo, portanto, ao seu discurso. Elias (1980, p. 144-145) explica que os elos de interdependência criam uma rede em que “o comportamento de muitas pessoas separadas [...] sejam por questões econômicas ou sociais [...] enreda-se de modo a formar estruturas entrelaçadas”.

Por que esses sujeitos sociais e não outros? É importante lembrar que o saber ler e escrever supostamente cria uma das condições de ser leitor e, nessa época, a cidade de Goiânia convivia com uma alta taxa de analfabetismo. Assim, eu só poderia tecer a rede de dados com pessoas que fossem consideradas leitoras e, por serem leitoras e possuírem livros ou freqüentarem os espaços de leitura da cidade foram consideradas, nesse trabalho, integrantes da elite intelectual, independentemente da sua situação econômica e social.

Nesse caminho da interlocução, a fala livre, sem censura, foi surgindo num ambiente onde se instaurou o diálogo. Diálogo fruto da escuta, da provocação e do confronto. A partir de perguntas provocadoras sobre as práticas de leitura, os leitores entrevistados contaram suas histórias de leitura entrelaçadas com a história de leitura da cidade.

A cidade inventada nos tempos da memória

O cenário estava montado: entre a velha e a nova capital, o caminho foi construído com muita euforia pelos adeptos da mudança da capital e com muito rancor pelos antimudancistas. É certo que esse caminho necessita ser recriado, segundo Rago (1997, p. 20), “menos para conhecer o passado do que para entender como foi interpretado. Como se lia? Que verdades foram produzidas? Como se escreveu a história? Que mitos foram criados?”

Vale dizer que a mudança da capital estava em perfeita sintonia com os interesses do Presidente Vargas, uma vez que atenderia economicamente à política de interiorização do Estado Novo, através da chamada “Marcha para o Oeste”, visando à expansão capitalista rumo à Amazônia. Vale dizer também que retirar a administração estadual da Cidade de Goiás, colocando-a na nova capital significaria confinar os Caiados, oligarquia dominante, à cidade decadente e abrir espaço para a oligarquia dissidente, representada por Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal em Goiás após a Revolução de 1930 e fundador de Goiânia. É nesse ambiente que os intelectuais políticos ligados a Pedro Ludovico elaboram seus discursos enfatizando a decadência e o atraso da Cidade de Goiás, em contraposição aos valores “positivos” da modernidade, do progresso e da cultura urbana que a nova cidade engendraria.

Contraditoriamente, se de um lado, a antiga capital, Cidade de Goiás, nessa época, é representada como decadente, por outro lado, a sua vida cultural e social revela imagens que têm “algo de caricatura resultante da imitação apressada de outras realidades ou configurações históricas” (IANNI, 1996, p. 46). Desse modo, novas sociabilidades são reveladas no imaginário coletivo da Cidade de Goiás. Sociabilidades que também permitiram entender os valores atribuídos à leitura e às instituições de leitura na nova capital, para onde a maioria dessa elite intelectual se mudou, carregando todos os símbolos representativos da “ilustração” adquirida na velha capital e em outros lugares.

Com a transferência definitiva da capital do Estado da Cidade de Goiás para Goiânia em 1937, os leitores entrevistados se cruzam nos espaços e nos tempos da memória em que se constituem leitores – as instituições de leitura. Fruto de um mapeamento, elas assim apareceram: instituições de leitura públicas e formais, instituições de leitura privadas e

formais, instituições de leitura informais e também instituições culturais que promoviam práticas de leitura. Dessas, selecionei, para análise, as instituições que foram lembradas por todos os leitores entrevistados: Biblioteca Pública Municipal de Goiânia, Lyceu de Goiânia e Colégio Normal, hoje, Instituto de Educação de Goiás. Os leitores entrevistados evidenciam que, apesar das características comuns entre as escolas particulares, uma se sobressaiu na formação de leitores: Colégio Santa Clara para moças.

Os vendedores ambulantes também, de maneira especial, são lembrados na reconstituição das práticas e representações de leitura dos leitores entrevistados. O que fica revelado, no cenário de suas lembranças, é a possibilidade, através dos vendedores ambulantes, de ler os “últimos livros” do mercado editorial, leitura essa garantida pela entrega certa e rápida, e ainda com a vantagem das longas prestações que permitem tanto aos leitores de família abastada, como aos leitores de família pobre, a apropriação das leituras desejadas.

Nesse período, uma livraria, reconstruída pela memória dos leitores, é o Bazar Oió, pertencente ao livreiro Olavo Tormim, que publicava o *Jornal Oió*, famoso pelos debates literários contidos nas suas páginas.

É interessante lembrar que as pessoas que liam eram integrantes da elite intelectual e cultural da cidade inventada e, nessa época, o índice de analfabetismo era grande, fato que excluía uma grande parcela da população das práticas de leituras dessas instituições citadas.

Uma banca de jornais foi lembrada por todos os leitores entrevistados: a banca do italiano João Mannarino, um dos espaços de leitura referenciais de representação de modernidade.

A cada provocação da memória, as lembranças moldavam as imagens que povoavam esses lugares. Espaços como o Hotel Normando, a Farmácia Santana, o Marmo Hotel, o Bar do Chico Lopes, o Bar Bambu e o Bar Choupança acolhiam muitos leitores e escritores que discutiam as idéias modernistas que, timidamente começaram a aportar em Goiás. As práticas, imagens e representações de leitura inebriam a cidade com uma “felicidade extravagante”, como diz Borges (1983, p. 76), que fragiliza toda tentativa de eclosão de conflitos ou de desarmonia. Nas recordações, não há ruptura dos discursos.

Entre práticas e representações de leitura de uma leitora negra

Na cidade inventada, uma mulher se destaca entre as diversas leitoras: Dona Sebastiana, 84 anos, negra, empregada doméstica e benzedeira, com Curso Normal, mas pobre, não podendo comprar os “livros modernos”, os últimos lançamentos, frequenta o Bazar Oió. Suas lembranças revelam práticas de leitura inusitadas: depois do trabalho lia algum livro na livraria, “aos pedaços”, como diz ela, em pé, diante da estante. O desejo de participar do mundo dos livros anesthesiava suas pernas: não sentia dor. Fome, muito menos, porque “abastece-se” nas suas leituras. No entanto, detém a posse do livro apenas momentaneamente porque se apropria de uma leitura que pode ser interdita pela venda. Por isso, tem pressa em ler os últimos lançamentos que a colocariam “par a par” com os discursos modernos da intelectualidade da cidade inventada.

Dona Sebastiana representa-se, assim, pelas apropriações que faz da leitura. Como não pode comprar livros, pela via do empréstimo, compartilha leituras de romances, poesias e revistas. É católica fervorosa, frequenta a igreja e apropria-se das leituras da bíblia, da vida dos santos, repassando esses valores para seus filhos. Lê também os almanaques. Diz ela: “eles são os livros da sabedoria popular. Eu tinha uma pequena biblioteca particular. Tem

gente escritora que lê o almanaque e finge que não lê”. É possível inferir que esses intelectuais, citados por Dona Sebastiana, ainda estejam arraigados à cultura do sertão em que os almanaques convivem com os livros, mas, que em função da força dos valores da nova ordem mundial, neguem sua condição de leitores de almanaques.

Com efeito, Dona Sebastiana integra-se, na nova capital, aos novos espaços urbanos de leitura, livrarias, escola particular para os filhos, de maneira restrita: são espaços pagos. A proximidade com a elite cultural, através do seu trabalho, é que lhe abre essas portas: lê os livros dos patrões. O almanaque não faz parte desse universo profissional, mas está presente na sua família.

Os valores representativos da cidade moderna convivem com práticas de leitura alicerçadas na oralidade e nas crenças populares. Leituras compartilhadas dos almanaques e também narrações sobre a família, sobre o sertão goiano formam uma rede de interdependência cujos elos impedem a destruição dessas práticas, nos primeiros anos da cidade planejada.

As ambivalências de Dona Sebastiana “empurram-na para um diálogo entre a escrita e a oralidade” (PARK, 1998, p.172). A primeira sobrepõe-se à última. Esta mulher lutadora, aderindo às novas práticas de leituras gratuitas na Biblioteca Pública Municipal de Goiânia, aos poucos, desliga-se da leitura dos almanaques. E mesmo porque seus filhos estudam na “escola paga” e só lêem os livros representados como “bons livros”.

Nesse espaço, Dona Sebastiana, estando nos arredores da elite intelectual tem que se render “à leitura reservada aos intelectuais, a do trabalho intelectual, [que] é silenciosa”. Interdição que é reconstruída na escola de seus filhos: “lá, a leitura oralizada irá servir para o controle do grupo, enquanto a silenciosa reveste-se de categorias morais” (PARK, 1998, p. 180).

Os valores projetados na cidade construída também exigem novas práticas de leitura que levem à qualificação do trabalho. Os leitores, de modo geral, reconstroem o propagado discurso neoliberal de que pela leitura e pelos estudos, a pessoa, “se informa e se forma” e, “progredindo”, alcança o sucesso que o processo de urbanização exige. Na esteira desse discurso, Dona Sebastiana, leitora voraz, com Curso Normal, mas que se torna empregada doméstica “por causa da doença de Chagas do marido pedreiro”, paga a escola particular para seus filhos: “Meus filhos estudaram na escola paga. É preciso a leitura, o ensino para subir na vida. Eu levava cedo e buscava à tarde. Não tinha com quem deixar. Mesmo sendo de cor, meus filhos eram bem tratados pelas professoras” (ENTREVISTA, 2000). Observe-se que Dona Sebastiana usa estratégias e táticas para a penetração dos valores da escolaridade na família de baixa renda.

Essa leitora benzedeira está na encruzilhada do labirinto: “De um lado, a realidade social, a da casa, a do bairro, de outro, a escola, o lugar em que a vida é como nos livros, como no cinema, como nos cartazes”. A tensão cultural, portanto, tem duas faces: ela se manifesta nas relações com os outros; ela divide o eu (FRAISSE et al, 1997, p. 36).

Como se percebe, essa clivagem faz parte da vida de Dona Sebastiana. Há dois “eus” que se digladiam. Ela partilha a “ilustração” com a elite intelectual e adere aos seus valores. No entanto, o seu Curso Normal, a leitura de livros e jornais e a escola particular dos filhos não são suficientes para o desfrute dos valores do progresso. A sua renda familiar é pequena e ela vislumbra, o ensino técnico como a salvação, não só do marido, mas também do filho mais velho. Para esses, a leitura como “ilustração” ficaria para um outro momento. Como se vê, a valorização do trabalho técnico veiculado em nível internacional e nacional é apropriada na nova capital pela elite intelectual, que se exime desse trabalho, e pelos trabalhadores que o idealizam como uma ponte a ser construída na estrada do progresso.

Dona Sebastiana, apesar de ter o Curso Normal, não conseguiu ser professora. Ela sugere a “naturalização” do racismo quando fala da educação dos filhos que “mesmo

sendo de cor, meus filhos eram bem tratados pelas professoras”. Essa fala indicia uma afirmação do racismo a que Dona Sebastiana se submeteu e que ela quer deixar esquecido.

Mas, essa leitora negra não lê só romances da elite intelectual, ela também procura refúgio no horóscopo e nos livros religiosos. Esses últimos tinham dois objetivos: “alimentar o espírito” e “curar” as pessoas através da benzeção. Nessa ordem instaurada, ela também alimenta o espírito não só pela leitura da bíblia mas também pela representação mística da cura de doenças pela benzeção. É necessário seguir os modelos da vida dos santos, mesmo que o saber científico não valide essas práticas.

Na cidade inventada, a maioria das leitoras e dos leitores elaboram um imaginário de uma cidade com intensas e múltiplas práticas de leituras. Se todos lêem, como explicar a outra margem da leitura, o seu contraponto, a não-leitura?

Nesse contexto, são possíveis outras representações da leitura a partir da voz de Dona Sebastiana. Esta mulher negra, amante dos livros, expulsa lembranças traídas pela memória, que indiciam uma outra história das práticas de leitura na nova capital: a maioria da população não tinha acesso a livros; uma grande maioria não sabia ler, por isso muitos pais lutavam para que seus filhos aprendessem a ler e a escrever como Dona Sebastiana.

É verdade que a “modernidade capitalista ao produzir homens na sua utilidade máxima como força econômica e politicamente dóceis” (GALZERANI, 1998, p. 255) exclui esses mesmos homens de muitos valores da cidade moderna porque a leitura para o trabalho “pesado” não é necessária ainda. Se há leitura, essa é fragmentada, levando apenas ao entendimento das normas e das regras do trabalho contratado. Para além disso, a leitura e a escrita não são necessárias. Infringir a lei pela ignorância não é mais aceitável.

Na cidade planejada, mesmo a leitura “em migalhas”, fornecida pelos escassos programas de alfabetização do governo, exclui muitas famílias, pelas negação do acesso à escola e pelas práticas de leitura pobres e estereotipadas que engrossam as estatísticas da evasão escolar (MELO, 1997, p. 34).

Essa situação de exclusão faz parte das representações sociais e políticas que ligam as cidades modernas, já que a “civilização é um complexo sociocultural que contém no seu interior um conjunto de fenômenos sociais comuns a diversas sociedades”. (ORTIZ, 1991, p. 245). Não há fronteiras para o espaço e o tempo de modernidade: os valores são assim espalhados em redes de interdependência, o que garante a sua força. No entanto, o alcance dos valores nos países periféricos dá-se de maneira desigual e excludente. Os bens culturais, intelectuais e econômicos são distribuídos a uma pequena parcela de moradores da cidade – a elite – em detrimento da maioria.

No caso da cidade de Goiânia, Dona Sebastiana sugere uma situação de exclusão construída por representações imaginárias que ela recria no presente. Por que ela revela pouco a pouco, o reprimido, o esquecido “o olhar negro” da “cidade moderna”, representada como a capital progressista do “sertão civilizado”? Nesse contexto, vale lembrar Chartier (1990, p. 136) para quem a leitura produz sentidos outros, diferentes daqueles imaginados pelos autores. Assim, não se pode afirmar a eficiência do poder aculturante dos textos lidos por Dona Sebastiana. Por isso, ela não consegue apagar totalmente de sua memória as diferenças e os conflitos, reconstruindo “duas cidades” com suas figurações: a cidade inventada pela memória seletiva, harmoniosa, que “fervilha” em leituras, e a cidade inventada pela “memória traída”, com restrição de práticas de leitura. Cidades contraditórias imaginadas como uma só.

No âmbito das políticas públicas governamentais, principalmente das políticas de educação e cultura, a “memória oficial” tem recorrido à “memória seletiva” para recompor os acontecimentos de acordo com interesses do imaginário político e social da época. Por isso, os bens educacionais e culturais têm sido distribuídos para poucos, enquanto os discursos que os celebram, têm sido espalhados – pelo poder da maquinaria da propaganda – para muitos.

Acredito que essa mulher guerreira, que revelou lembranças represadas de conflitos e tensões na rede de interdependência da cidade construída, talvez quisesse dizer muito mais, para além dos valores simbolizados. Talvez quisessem provocar rupturas dentro dos seus próprios valores. Talvez quisesse dizer com Mário de Andrade (1942): “O meu passado não é mais meu companheiro. Eu desconfio do meu passado.”

E a partir dessa “desconfiança”, acredito também que muitos estudos e pesquisas poderiam ser desenvolvidos pelo trabalho de “rememoração” da história local, adentrando um espaço lacunar, entre outros, da outra face da cidade inventada: a história das práticas e representações de leitura dos trabalhadores-construtores da nova capital. O caminho sugere vários lugares. É preciso descobri-los porque, como já disse Certeau (1994, p. 265), “apesar de tudo, a história das andanças do homem através de seus textos está ainda, em boa parte, por descobrir”.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário de. Memórias. In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1930-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- BORGES, Jorge Luís. *A biblioteca de Babel*. Lisboa: Terra-Mar, 1983.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, S/A, 1990.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- FRAISSE, E. et. al. *Representações e imagens da leitura*. São Paulo: Ática, 1997.
- GALZERANI, M. C. B. *O almanaque, a locomotiva da cidade moderna: Campinas, década de 1879 e 1880*. Campinas, SP. Tese (Doutorado em História) – IFCH, Unicamp, 1998.
- IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- MELO, Orlinda Carrijo. *Alfabetização e trabalhadores: o contraponto do discurso oficial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente do Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1979.
- ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.
- RAGO, Margareth. *A nova historiografia brasileira*. Palestra. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp. Campinas, São Paulo, 1997.